VAI UMA EXTENSÃO AÍ? UM ENSAIO SOBRE AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS.

CAMPOS, Juliano Bitencourt¹
CARVALHO, Diogo Moreno Pereira²
MATIAS, Carlos dos Passos Paulo³

INTRODUÇÃO.

A chamada Nova Ordem Mundial trouxe para nossas vidas uma gama enorme de “Ordem do dia”, para que pensássemos e tivéssemos atitude perante os problemas do mundo contemporâneo: meio ambiente, gestão do território, combate ao terrorismo, fome crônica, pobreza extrema, epidemias, pandemias, trabalho infantil, trabalho escravo, papel da mulher, refugiados, educação universal, globalização, inteligência artificial, mundo predominantemente urbano, politicamente correto, mundo do trabalho, enfim, um mundo como nunca antes tínhamos visto (VISENTINI, 2015). E a ciência, as instituições e a extensão nunca se viram tão contempladas como neste mundo pós-Guerra Fria que se desenha no horizonte. Mas como contribuir nos desafios de tudo que foi colocado pela via da extensão universitária? Como dar nossa contribuição para um mundo melhor? É possível pelas práticas extensionistas? Cremos que sim!

No Instituto Federal de Santa Catarina, instituição que usaremos para dialogar sobre alguns aspectos da extensão neste trabalho, as práticas extensionistas fazem parte de sua postura desde de tempos pretéritos. O IFSC foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos

¹ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNESC) Coordenador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS/UNESC), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: jbi@unesce.net

² Professor de Espanhol do Ensino Médio Técnico Integrado. IFSC – Câmpus Caçador.

³ Coordenador de Extensão e Relações Externas do IFSC – Câmpus Caçador; e professor de História do Ensino Médio Técnico Integrado.

de classes socioeconômicas menos favorecidas. A primeira sede foi instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado e situado na Rua Almirante Alvim, no Centro da capital catarinense.

A instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (que compreendia ferraria e serralheria), para atender à necessidade da sociedade de Florianópolis, que se deslocava por meio de bondes puxados a burro e embarcações que transportavam carga do continente para abastecer a ilha. Assim, a instituição trabalhava em consonância com os avanços tecnológicos de seu tempo para atender às demandas do setor produtivo e da sociedade da época que necessitavam de soluções em comunicação por meio impresso e de soluções em transporte que tinha, como principal tecnologia, a produção de pequenas embarcações e de ferraduras (IFSC, 2017). Logo vê-se que fazia e faz parte do compromisso do Instituto Federal servir à sociedade. Com a mudança ocorrida na última década, das antigas Escolas de Aprendizes Artífices de Santa Catarina para Instituto Federal, a missão de buscar um mundo melhor continua. A Instituição tem como missão: “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico cultural”. E ainda tem-se a Visão e os Valores, que são respectivamente: “Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

- ÉTICA, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.
- COMPROMISSO SOCIAL, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- EQUIDADE, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.
- DEMOCRACIA, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.
- SUSTENTABILIDADE, pautada pela responsabilidade social e ambiental.
- QUALIDADE, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais.” (IFSC, 2017)

Percebe-se pela missão, visão e valores do Instituto Federal de Santa Catarina que a “batalha” para se alcançar os objetivos de servir a sociedade não é pequena e nem tão simples. No entanto, não é impossível. Ainda o que se vê, se ouve e se percebe, não só no IFSC, mas em quase todas as instituições que fazem extensão pelo país, é uma prática extensionista que busca sua identidade, ou melhor, seu lugar no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão sem perder seu caráter crítico, consciente e questionador. Já que do contrário, corre-se o risco de cairmos no assistencialismo despolitizado - quando não ingênuo, e de não fazer-se a extensão que dialoga com a ciência, a sociedade e a ciência novamente. Questão muito bem apontado por Paulo Freire quando nos diz:

Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.” (FREIRE, 1980:26)

PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA.

Se definirmos extensão como uma luz de conhecimento que se propaga em direção aos muros da escola e ao atravessá-lo sofre refração, trazendo de volta um reflexo daquilo que a sociedade produz, acredita, compreende, faz e refaz - no sentido de mão dupla, em que o que interessa é de fato a cooperação múltipla - podemos afirmar que já está na hora de assumirmos o compromisso extensionista no tripé ensino, pesquisa e extensão com mais apetência e uma identidade forte, clara e objetiva em relação ao que é e como se faz extensão.

Fazer extensão não é um debate novo, nem um “desconforto” atual. Discute-se o que é o fazer extensionista desde a antiguidade. Rocha (2001) citado por Serrano “ao nos apresentar a evolução da extensão na América Latina, numa dimensão diacrônica, afirma que esta evolução tem uma

historicidade própria, e que se têm registros de sua prática mesmo antes do aparecimento do termo Extensão”. (SERRANO, 2017, p.1). No entanto, a partir do momento que as universidades iniciaram seu processo de produção de conhecimento sistematizado e perceberam que o conhecimento tinha que contribuir na melhoria da vida em sociedade, ou no mínimo, apontar uma possibilidade de que através da ciência se pudesse pensar criticamente sobre nossas relações sociais, foi constatado a necessidade de não deixar que este conhecimento focasse só dentro dos muros das instituições, e sim que se propagasse pela/para a sociedade como um todo. Ou seja, “o movimento entre Universidade e Sociedade é construído permanentemente, ambas constituindo-se através e nesta relação”. (Oliveira, 2004,p.3). Logo, a extensão se mostra:

Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida. (SERRANO, p.15)

No último encontro de Coordenadores de Extensão do IFSC em Florianópolis (Abril de 2017), muito debateu-se sobre as questões referentes à clareza sobre o que é e como fazer extensão. Procurava-se uma luz sobre a produção/ reprodução do conhecimento dentro de uma perspectiva de práticas extensionistas. Não se quer mais fazer extensão “por fazer”, e/ou usar a prática extensionista como “tapa-furo” de carga horária. É preciso entender que “a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, até porque esses se esvaziam quando não integrados à realidade”. (Oliveira, 2004,p.3). Pois

na extensão, espera-se que haja um ganho acadêmico para a instituição, isto é, que as ações desenvolvidas sejam internalizadas como testes de metodologias para trabalhos comunitários, conhecimentos de problemas reais da sociedade, experiência profissional para professores e estudantes, desenvolvimento de procedimentos e normas técnicas, em resumo, uma via de duas mãos, em que a IES colabora com a sociedade, mas internaliza conhecimentos e experiências indispensáveis ao seu próprio desenvolvimento. (FILHO p.3)

Para o Instituto Federal, a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (IFSC, 2017)

A partir da observação das experiências diárias, percebe-se que algumas vezes a extensão acaba suprimindo lacunas ou vácuos do Estado na execução de suas políticas públicas, algumas vezes fechada em seus conhecimentos acadêmicos: o projeto extensionista realiza uma intervenção continuada essencialmente executora em determinada comunidade. Executora e com “status” acadêmico, sem perfazer a síntese com o fazer/saber popular. (Oliveira, 2004, p.3)

Desta forma o IFSC busca dentro da sua filosofia de práticas extensionistas buscar contemplar diversos universos de atuação na sociedade, sem tornar-se simplista demais ou irreflexiva no que diz respeito a metodologia, resultados e diálogos com a sociedade envolvida. Foco que vem sendo seguido e conseguido, de certa forma, como podemos perceber em ações extensionistas como os programas Mulheres Mil e IFSC Sustentável; a oferta regular de educação básica, em especial nas modalidades integrado e Proeja; bem como as diversas atividades de extensão desenvolvidas em todos os câmpus. Tais iniciativas renderam ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) a Certificação ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) 2013. Além do IFSC, outras 31 instituições públicas, privadas e do terceiro setor receberam a certificação. O secretário executivo do Movimento “Nós Podemos Santa Catarina”, João Batista Tomé, definiu a entrega dos certificados para as

32 instituições como uma amostra do que os catarinenses têm feito em prol do atingimento dos oito Objetivos do Milênio. As ações que resultaram na certificação das 32 instituições correspondem a um investimento de mais de R\$ 46 milhões, com um público atendido estimado em 1,043 milhão de pessoas. Um total de 113 instituições são parceiras do Movimento “Nós Podemos em Santa Catarina”, dentre as quais o IFSC é a única instituição pública federal de educação apoiadora catarinense dos ODM. (IFSC, 2017)

Pode-se afirmar que, se bem feita, a extensão pode vir a ser uma nova motivação para a comunidade universitária, um instrumento de revitalização para o campus, a viabilização de uma carreira docente, uma fonte de renda para a IES, professores, alunos e funcionários, uma ação social capaz de contribuir para uma boa imagem institucional, uma geradora de novos problemas de pesquisa, um auxílio para o recredenciamento pelo MEC, mas, acima de tudo, o cumprimento de uma obrigação. (FILHO, 2001, p.6)

O secretário executivo adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, Odilon Faccio, enfatizou que a mobilização em torno dos ODMs é um compromisso assumido por 192 países, a partir da proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) lançada 13 anos atrás. “Foi a primeira vez na história da ONU em que tantas nações se abraçaram em torno da ideia de efetivamente melhorar a vida das pessoas”, disse Faccio. Entre os resultados atingidos ao longo de pouco mais de uma década, o secretário executivo ressaltou a expressiva redução do número de pessoas que vivem em extrema pobreza – 500 milhões saíram dessa situação nos últimos dez anos -, a queda no índice de mortalidade infantil e os avanços no acesso à educação básica. Faccio antecipou que, após o encerramento da mobilização pelos ODMs, programado para 2015, serão definidas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). (IFSC, 2017)

A certificação do IFSC foi recebida pelo coordenador de Articulação de Políticas Sociais da instituição, Douglas Juliani. Também participaram da solenidade a diretora de Extensão da Instituição, Fabiana Mortimer Amaral, e servidores do Câmpus Geraldo Werninghaus, que integra o comitê dos ODMs de Jaraguá do Sul. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram lançados pela Organização das Nações Unidas em 2000 e listam uma série de

desafios a serem superados no mundo até 2015, tais como: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a aids, a malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

No total, 192 países assinaram a chamada Declaração do Milênio, que apresenta cada objetivo em detalhes e define metas a serem cumpridas. (IFSC, 2017)

Para alcançar estes objetivos e superar os desafios, as universidades, assim como os Institutos, ampliam e aperfeiçoam suas discussões no sentido de implementar uma política de extensão, que inclua concepção, diretrizes e princípios, sendo definidas pelo órgão de competência (Conselho de Extensão ou órgão equivalente) e a normatização da extensão, através de instrumentos legais, como estatuto, regimento. No IFSC, nosso objeto de exemplo, as atividades de Extensão têm como diretrizes:

- a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- b) Buscar interação sistematizada dos Institutos Federais com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- c) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o saber acadêmico e o saber popular;
- e) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- f) Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
- g) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso a educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão. (IFSC, 2017)

Centenário, e ainda um “bebê”, o Instituto Federal de Santa Catarina procura seguir os princípios que norteiam a constituição dos Institutos Federais e colocam em plano de relevância a pesquisa e a extensão. Por meio da extensão, os Institutos poderão proceder a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos. Ao

estabelecer uma relação dialógica entre o conhecimento sistematizado e a comunidade, a Extensão promove a troca de saberes com esta. A extensão é compreendida como o espaço em que os Institutos Federais promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária a vida acadêmica. Logo, não devemos usar, nem fazer extensão como muleta de carga horária, trabalho extra, ou como um subterfúgio pedagógico, ou enfim, não se pode pensar em oferecer uma “vai uma extensão aí?”

Em muitas instituições, ela não passa de uma maneira dos professores complementarem seus salários, sem que haja um acompanhamento por parte da IES da qualidade do trabalho desenvolvido, de sua pertinência, ou dos gastos não contabilizados e que correm sem controle por conta dela, como luz, tempo de computação, xerox, telefonemas, tempo de bolsistas, técnicos e secretárias etc. (FILHO, 2001, p.3)

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga as Instituições nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais. Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Ora a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos, a extensão intensifica sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição, contribui para a melhoria das condições de vida da sociedade. As instituições de ensino se deparam, a todo

momento, com demandas sociais que impõem um diálogo permanente com a comunidade e isto deve estar refletido no dia-a-dia, envolvendo necessariamente ações em relação: a democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos, eventos, etc), o desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e a melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e na área cultural). Neste sentido, é imperativo conceber a Extensão como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, desta forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. E que se revela numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso como também de participação. A extensão tem um grande leque de atuação e, conseqüentemente, cria um manancial de dados que precisa ser sistematizado, com objetivo de dar visibilidade a contribuição da extensão no contexto local, regional e nacional. O que não significa um engessamento das ações, mas ao contrário, estabelecem-se definições, princípios que subsidiarão as ações de cada Instituto. Com objetivo de estabelecer bases que possam contribuir para o desenvolvimento da Extensão, os representantes da Extensão das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica propõem que todas as atividades sejam identificadas segundo as dimensões da extensão discriminadas abaixo, que uniformizam terminologias e criam uma base conceitual comum.

As atividades de extensão do IFSC são implementadas sob a égide do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que é o órgão normativo e consultivo e de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão. Logo, práticas extensionistas têm que ser pensadas como:

programas que utilizam o patrimônio específico do conhecimento, recursos humanos e materiais da universidade para, dentro das áreas ligadas à sua missão acadêmica, gerar benefícios sociais de todo o tipo, em que o retorno à universidade sedê pela incorporação de novos conhecimentos ou metodologias, suas aplicações ou expansões". (FILHO, 2001, p.6)

Assim, conhecer a missão; provocar os/nos alunos o desejo de servir com seu conhecimento, e ter a humildade de aprender com o conhecimento da sociedade, do outro, do que “precisa”, requer uma postura que vai além dos muros da escola, mas também vai além da gratidão de quem é atendido/servido. Estamos falando em liberdade, dignidade, oportunidade, coragem, enfim, extensão com consciência, apetência, respeito, carinho e amor. Amor pelo conhecimento!

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS.

Foi concluindo que extensão é isso ou aquilo, que levou-se muito tempo para se pensar de forma objetiva, clara e com responsabilidade sobre o papel da extensão dentro da tríade ensino, pesquisa e extensão, com mais responsabilidade. Vimos neste trabalho que o caminho ainda é longo, árduo, conflitante, político, ideológico, mas possível! Sempre é e sempre será possível enquanto houver diálogo e pessoas e instituições dispostas a fazer o que for melhor para as pessoas, dentro e fora dos muros da escola.

Concluiremos que as políticas públicas que pensam, articulam, legislam sobre ensino-pesquisa-extensão são propositalmente cruéis (?) Não, concluir não sejamos tão pessimistas. Consideraremos que as políticas públicas quando propostas por burocratas, ocupantes de cargos indicados, desconhecedores do processo ensino-aprendizagem-pesquisa, desconhecedores da diversidade cultural, desconhecedores do contexto social em que suas instituições estão inseridas, podem causar um enorme prejuízo as práticas extensionistas, neste caso um prejuízo a sociedade; e que são fatores que não podem e não devem ser negligenciados nem ignorados por quem quer fazer uma discussão séria sobre extensão. Destarte, tais posturas descomprometidas podem levar sim a falta de identidade do que seja extensão? Sim, consideraremos que sim.

Findamos com sábias palavras de Paulo Freire. “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (FREIRE, 2006: 36) Façamos extensão, mas de forma séria, científica, crítica, política, livre e com objetivos claros.

BIBLIOGRAFIA

<http://www.ifsc.edu.br/extensao/menu-ext-legis-form-docs> <acessado em 25-26-27 de abril de 2017>.

FILHO. Roberto Leal Lobo e Silva **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DEFINIÇÃO, PROPÓSITOS, ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS**. Lobo & Associados Consultoria: uma referência nacional em consultoria em Educação. 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Ed Moraes, 1980

_____. **Extensão ou Comunicação**. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 45a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel(org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas** Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000. 193 p.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. **Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_d_e_extensao_universitaria.pdf . Acesso em: 25 Abril. 2017.

SILVA, Maria do Socorro. Vasconcelos, Simão Dias. **Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco.** Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 33, jan./abr. 2006

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI.** – Rio de Janeiro, RJ : Alta Books, 2015.